

Coesão e força

Posse de nova diretoria da APEMINAS demonstra união dos procuradores do Estado



União da classe que resultou numa eleição de chapa única. Essa foi a prova de que os procuradores do Estado de Minas Gerais caminham unidos em busca do objetivo de estabelecer o tratamento constitucional adequado, como já acontece em vários estados brasileiros. A posse de Jaime Nápoles Villela, que exercerá mandato no biênio 2012/2014 como presidente da APEMINAS, aconteceu durante solenidade realizada no auditório da OAB/MG, em Belo Horizonte, em setembro último, na abertura do III Congresso de Procuradores do Estado de Minas Gerais. O evento se destinou a debater o papel do procurador na defesa do futuro do Estado, focando o debate das questões jurídicas na sustentabilidade e necessidade de revisão dos royalties do minério. Estiveram presentes os governadores de Minas, Antonio Anastasia e do Pará, Simão Jatene, atualmente um dos que lideram a frente em defesa da distribuição mais justa da arrecadação entre os estados.

O governador Anastasia, em seu pronunciamento, destacou o importante papel da Advocacia Pública para a eficácia das políticas públicas e a excelência dos profissionais que integram os quadros da Advocacia-Geral do Estado (AGE). Para Jaime Nápoles, o momento é de otimismo, pois a classe tem prazo certo para findar com a insegurança remuneratória, se referindo ao compromisso do Governo em relação aos procuradores do Estado. **Leia nas páginas 3 e 4**



Leia também

Preenchimento dos quadros

O *Res Pública* acompanhou o presidente da Associação dos Procuradores do Estado de Minas Gerais (APEMINAS), Jaime Nápoles Villela, em visitas a algumas das Regionais da Advocacia Geral do Estado. O objetivo é sensibilizar o Governo sobre a necessidade de preenchimento dos quadros no interior com a nomeação dos aprovados no último concurso realizado pela AGE. A expectativa é de que 100 novos colegas sejam empossados. Nas Regionais de Governador Valadares e Ipatinga, pode-se constatar o recebimento de documentos e processos para análise muito acima do razoável. **Leia mais na página 10**

Deputado federal, Fábio Trad

O *Res Pública* entrevistou o deputado federal e coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Advocacia Pública, Fábio Trad. O objetivo principal é criar um fórum permanente para propor e discutir medidas com a finalidade de fortalecer a Advocacia Pública, com gestões tendentes a promover o tratamento isonômico em relação às demais funções essenciais à Justiça, a garantia de prerrogativas e a valorização dos profissionais. A Frente foi criada com a assinatura de 230 parlamentares. **Leia mais nas páginas 6 e 7**



LEONARDO BRUNO MARINHO VIDIGAL,
vice-presidente
da APEMINAS

Palavra da Diretoria

Caros colegas, felicitações a todos. Começamos uma nova gestão à frente da Associação dos Procuradores do Estado de Minas Gerais buscando consolidar a força de nossa representação classista e avançar nas conquistas que se sucederam ao longo dos últimos anos.

Temos plena consciência da responsabilidade do mandato, da confiança que nos foi depositada e certamente não nos faltarão esforços, como nas gestões que nos antecederam, para suprir as expectativas da classe.

O momento pelo qual passa a Advocacia-Geral do Estado é certamente singular, sendo a açodada transferência da sede do órgão para a Rua Espírito Santo nº 495, uma evidente demonstração das significativas e preocupantes mudanças destes novos tempos.

Importa registrar, nestas palavras iniciais, que a Apeminas não participou, ao menos como seria desejável, das decisões que pautaram a aludida transferência e tampouco foi regularmente ouvida acerca das melhores práticas a serem adotadas.

A par disso e em cumprimento à missão institucional não nos furtaremos ao dever de monitorar diuturnamente as condições de trabalho na nova sede e eventualmente tomar as atitudes necessárias para a defesa intransigente dos interesses dos associados e, como não poderia deixar de ser, de toda a coletividade mineira.

Aproveitando o ensejo, informamos que a Apeminas tem assento permanente em estrutura recentemente criada pelo Advogado-Geral para recepcionar as demandas e prover, a tempo e modo, as soluções relativas ao funcionamento da nova casa e ao adequado desempenho de nossas atribuições.

Esperamos sinceramente que a referida estrutura seja dotada de mecanismos para funcio-

nar a contento, sob pena de se inviabilizar, em futuro não muito distante, o digno e eficaz exercício da representação judicial e da consultoria do Estado de Minas Gerais.

Outra situação que preocupa a todos é o crescimento exponencial das demandas na Advocacia-Geral do Estado sem que tenhamos, em contrapartida, quadros adequados de Procuradores e servidores.

O concurso público em andamento, com possível preenchimento de todos os cargos da carreira, certamente atenuará a enorme carga de trabalho a que estamos submetidos mas a racionalização da atuação da advocacia pública e outras inúmeras práticas de gestão administrativa são medidas que também se impõem.

Por fim, conclamamos a todos a estreitar suas relações com a Apeminas, em uma gestão efetivamente democrática e participativa, pois é a associação o veículo próprio de todas as nossas pretensões, que dificilmente seriam e serão contempladas sem hercúleo esforço coletivo

O biênio que ora se descortina traz muitos desafios para a diretoria, incluindo aqueles mencionados em propostas apresentadas por ocasião do pleito eleitoral, quais sejam: melhoria da rede de serviços oferecidos ao associado, reformulação de nossa comunicação interna e incremento patrimonial da associação.

À propósito, é com satisfação que anunciamos a conclusão de processo iniciado na gestão do colega João Lúcio Martins Pinto e que culminou, após aprovação em assembleia especificamente convocada para tanto, na aquisição de nossa primeira sede própria, localizada em imóvel em frente à Advocacia-Geral do Estado.

O espaço, composto por três salas, passará por ampla reforma de modo a atender nossas necessidades e se tornará, em breve, a “casa” do associado, que ali desfrutará de auditório multifuncional, sala de reunião, entre outras comodidades.

Como podem perceber, a Apeminas procura assumir definitivamente sua vocação de ser uma instância de excelência na defesa dos interesses dos Procuradores do Estado de Minas Gerais e estejam certos de que tal espírito estará presente durante todo o mandato, em qualquer frente de atuação.

Retomando a ideia da singularidade do momento, lembremo-nos que em nenhuma outra ocasião tivemos uma interlocução tão próxima com o Governo do Estado, com a Ordem dos Advogados do Brasil – quase 10% (dez por cento) dos candidatos à conselheiro seccional na chapa Advogado Valorizado são Procuradores do Estado- e com a Associação Nacional dos Procuradores de Estado, que tem como um de seus vice-presidentes o colega Jaime Vilela, além de outros associados exercendo cargos diretivos.

Em termos concretos, a expectativa é que o Governador Antônio Anastasia, em cumprimento a compromisso firmado em dezembro passado e noticiado em assembleia pelo Advogado-Geral do Estado, envie à Assembléia Legislativa, até o final deste ano, o projeto que trata da incorporação da GCP, mas ainda assim temos muito a caminhar.

Esta primeira mensagem, caríssimos colegas, é de otimismo, esperança e principalmente de muito orgulho por poder representar os Procuradores do Estado, ajudando a conduzi-los, em futuro próximo, ao patamar remuneratório e institucional que lhes é reservado pela Constituição Federal.

Por fim, conclamamos a todos a estreitar suas relações com a Apeminas, em uma gestão efetivamente democrática e participativa, pois é a associação o veículo próprio de todas as nossas pretensões, que dificilmente seriam e serão contempladas sem hercúleo esforço coletivo.

Um abraço a todos, na certeza de um biênio com muito trabalho, conquistas e alegrias!!!

Expediente



Presidente
Jaime Nápoles Villela
Vice-presidente
Leonardo Bruno Marinho Vidigal
Diretor Financeiro
Geraldo Ildebrando de Andrade

Diretora de Secretária
Maria Cecília Almeida Castro
Diretor Social
Nilber Andrade
Diretor de Relações
Institucionais
Alessandro Henrique Soares Castelo Branco
Diretor de Comunicação,
André Sales Moreira

Diretora representante
dos Aposentados
Ilma Maria Corrêa da Silva
Diretor de Convênios
Gustavo Luiz Freitas de Oliveria Enoque
Diretor Jurídico
Gianmarco Loures Ferreira
Jornalista responsável
Júlio Anuniação - Mtb 10.341 JP

Projeto Gráfico e Diagramação
Marcelo Ramos

Impressão: Editora Bigráfica
Tiragem: 5 mil exemplares

 **anuniação**
www.anuniação.com

Unidos e adiante

Nova diretoria toma posse e classe vive fase de fortalecimento



União da classe que resultou numa eleição de chapa única. Essa foi a prova de que os procuradores do Estado de Minas Gerais caminham unidos em busca do objetivo de estabelecer o tratamento constitucional adequado, como já acontece em vários estados brasileiros. A posse de Jaime Nápoles Villela, que exercerá mandato no biênio 2012/2014 como presidente da APEMINAS, aconteceu durante solenidade no auditório da OAB/MG, em Belo Horizonte, em setembro último, na abertura do III Congresso de Procuradores do Estado de Minas Gerais. O evento se destinou a debater o papel do procurador do Estado na defesa do futuro do Estado, focando o debate das questões jurídicas na sustentabilidade e necessidade de revisão dos royalties do minério. Estiveram presentes os governadores de Minas, Antonio Anastasia e do Pará, Simão Jatene, atualmente um dos que lideram a frente em defesa da distribuição mais justa da arrecadação entre os estados. *(confira galeria de fotos na página 8).*

Os significativos avanços obtidos durante a gestão do ex-presi-

dente João Lúcio Martins Pinto levaram à coesão entre os procuradores do Estado de Minas Gerais. Os principais objetivos desta gestão são o alcance da segurança remuneratória para a classe; o respeito às prerrogativas; a busca por melhores condições de trabalho e estrutura; além da atuação conjunta com a Associação Nacional de Procuradores de Estado (ANAPE) em busca da aprovação das matérias em âmbito federal, principalmente em relação à autonomia das Procuradorias.

O governador Anastasia, em seu pronunciamento, destacou o importante papel da Advocacia Pública para a eficácia das políticas públicas e a excelência dos profissionais que integram os quadros da Advocacia-Geral do Estado (AGE). Segundo ele, houve significativa evolução da classe nos últimos dois anos e o Governo está sensível que muito ainda precisa ser feito. “Tivemos várias conquistas e o quadro atualmente é muito melhor que no passado. Evoluiremos ainda mais sempre seguindo nossa responsabilidade fiscal. Estou certo do sucesso dessa gestão de Jaime

Nápoles Villela, que comandará a APEMINAS com inteligência e sabedoria”, afirmou.

Em seu discurso, Jaime Nápoles Villela ressaltou que, mesmo com grandes dificuldades, tais como a sobrecarga da demanda de trabalho, falta de estrutura física e desrespeito às prerrogativas da carreira, os procuradores do Estado de Minas Gerais nunca deixaram de prestar excelente sustentação jurídica, o que é comprovado pela superação de todas as metas estabelecidas. “Desafiamos qualquer órgão do Estado a demonstrar que faria mais do que a Advocacia-Geral do Estado fez e faz, com o pouco que tem. O aumento exponencial da demanda, não só quantitativa, mas também qualitativa, tem sido suprido por um quadro decrescente, hoje defasado em quase 30%. Tudo isso não impediu que se atingissem níveis de excelência na defesa intransigente dos interesses públicos e na viabilização das políticas dos últimos governos”, frisou.

Ainda em seu discurso, Villela frisou os avanços obtidos pelos procuradores do Estado nos últimos

anos. “A prerrogativa do exercício da advocacia privada foi restabelecida a todos. Conseguimos a instituição da Gratificação Complementar de Produtividade, a GCP, a fim de atenuar os efeitos da insegurança remuneratória, o advogado-geral do Estado passou a ser escolhido entre os colegas e, sobretudo, temos prazo certo para findar com a insegurança remuneratória que aflige a classe”, lembrou se referindo ao compromisso do Governo do Estado em relação à remuneração dos procuradores.

Por fim, Jaime destacou a questão remuneratória como a principal dessa gestão. “Posicionar definitivamente a nossa remuneração ao nível das outras carreiras essenciais à Justiça é fundamental e primordial. Para tanto, buscaremos intensificar a articulação política, com maior interlocução da APEMINAS junto ao Conselho Superior da AGE, manter presença constante e planejada na Assembleia Legislativa, utilizar de maneira mais incisiva as redes sociais para nos fortalecer perante a comunidade jurídica e a sociedade em geral, entre outras atividades”.

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores de Estado (ANAPE), Marcello Terto, lembrou a mobilização desencadeada durante o Congresso Nacional da Classe, realizado em Goiás, em 2008. Para ele, naquela oportunidade ficou clara a força e a união dos procuradores em Minas Gerais. “Percebi que todos estavam convictos de que a luta era por uma boa causa. A constante busca pela afirmação da importância da advocacia de Estado e da necessidade do respeito às prerrogativas, além da justa adequação remuneratória. Creio que o governador aqui presente não deixará de honrar o compromisso feito com a classe por uma remuneração mais justa e segura, além de condições de trabalho adequadas e condizentes com o valor da Procuradoria”.

O ex-presidente da APEMINAS, João Lúcio Martins Pinto recebeu, das mãos de Jaime Nápoles e de Antonio Anastasia uma placa em homenagem pela dedicação à classe durante a última gestão. Em seu pronunciamento, se mostrou orgulhoso em ter desenvolvido excelente trabalho pela classe e enalteceu a coesão e união de todos, o que resultou em consenso sobre chapa única para as eleições da Associação. “Trabalhamos em busca de uma entidade melhor e maior. Esta é a categoria que considero a mais importante para o bom funcionamento do Estado. Colocamos mais



João Lúcio Martins Pinto, Jaime Villela e Antonio Anastasia

Nova diretoria da APEMINAS

● PRESIDENTE Jaime Nápoles Villela	● DIRETORA DE RELAÇÕES COM OS APOSENTADOS Ilma Maria Corrêa da Silva
● VICE-PRESIDENTE Leonardo Bruno Marinho Vidigal	● DIRETORA SOCIAL Nilber Andrade
● SECRETÁRIA Maria Cecília Almeida Castro	● DIRETOR JURÍDICO Gianmarco Loures Ferreira
● DIRETOR FINANCEIRO Geraldo Ildebrando de Andrade	● DIRETOR DE CONVÊNIOS Gustavo Luiz Freitas de Oliveira Enoque
● DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS Alessandro Henrique Soares Castelo Branco	● DIRETOR DE COMUNICAÇÃO André Sales Moreira

um tijolo nessa construção de uma advocacia pública forte, como deve ser”, disse.

O presidente da OAB/MG, Luís Cláudio Chaves destacou que os procuradores do Estado sempre tiveram total apoio da Seccional mineira em todas as necessidades. “Aqui vocês se sentem em casa. Apoiamos todos os eventos realizados pela APEMINAS e não deixaremos de apoiar os procuradores. Exemplo foi a atuação da OAB/MG na questão que envolveu a obrigatoriedade do uso de ponto biométrico na rotina profissional da classe, o que foi repudiado pela Ordem em Mandado de Segurança”, frisou.

Nova sede já foi adquirida e website será reformulado até fevereiro

Desde a posse oficial, a nova diretoria da APEMINAS já iniciou os novos trabalhos para cumprir os compromissos feitos com a classe. Um dos principais, a aquisição de uma nova sede para a Associação já foi realizado. Uma sala, no Edifício Hércules, em frente à nova sede da Advocacia-Geral do Estado (AGE), em Belo Horizonte, foi comprada e as obras de reforma do espaço irão começar. A previsão é de que os associados tenham suporte de apoio da APEMINAS quando precisarem, até mesmo para a realização de eventos e Assembleias de Classe. “Procuramos um imóvel que ficasse o mais

próximo possível dos nossos associados. Além disso, as condições de compra, aprovadas em Assembleia, foram muito oportunas para os cofres da entidade”, salienta o tesoureiro, Geraldo Ildebrando.

Já está em andamento também a construção do novo website da APEMINAS, mais dinâmico, completo e com área restrita para interlocução entre os associados. A página trará novidades e tem previsão de entrar no ar em fevereiro. “Realizamos várias reuniões e chegamos num modelo que seja dinâmico, simples e que atenda as necessidades dos associados e de quem visita a página.

Esperamos ter o novo website em dois meses”, salienta o diretor de comunicação, André Sales. Também no setor de comunicação, o uso das redes sociais foi ampliado com Facebook e Twitter, além das campanhas virtuais, exemplo da última intitulada “Apeminas faz a Diferença”, pela qual a Associação ajudará o Lar para Idosos Irmã Tereza (LAIITE), com a doação de fraldas descartáveis. Essa campanha já foi enviada para os e-mails dos associados.

Interiorização da APEMINAS

Os diretores da APEMINAS já iniciaram a caminhada nas Regio-

nais para saber sobre as condições de trabalho e estrutura das sedes pelo interior. Os procuradores do Estado de Governador Valadares e Ipatinga já foram visitados e este trabalho continuará sendo intensificado em busca de auxiliar a AGE nas melhorias que são necessárias na carreira. “Esta edição do *Res Publica* já traz uma matéria sobre os colegas do interior, onde infelizmente a situação está longe do ideal e o sufoco de trabalho é realidade. Porém, acredito no trabalho dos dirigentes da Advocacia-Geral do Estado na solução dessas deficiências”, salienta Villela.

Em foco



O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, recebeu no último 6 de novembro, da presidente da Comissão Nacional da Advocacia Pública, Meire Lucia Monteiro Mota Coelho, súmulas elaboradas pela Comissão sobre a atuação da entidade em defesa do pleno exercício profissional dos advogados públicos. O diretor jurídico da APEMINAS, Gianmarco Loures Ferreira esteve presente.

Segundo Ophir, “o objetivo é fixar, no âmbito da OAB, uma diretriz única para que haja o respeito à advocacia pública, tanto do ponto de vista da atuação dos advogados públicos como do ponto de vista da estrutura disponibilizada a esses profissionais”, explica. Também participou da reunião, no gabinete da presidência da OAB, o presidente do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz), Allan Titonelli Nunes, além de integrantes da Comissão Nacional da Advocacia Pública.

As súmulas serão enviadas às Seccionais e Subseções da OAB de todo o País para que sejam adotadas como diretriz de atuação junto aos órgãos da Advocacia Pública municipal e estadual, em defesa dos advogados públicos. São dez súmulas que tratam da independência técnica funcional, do respeito às prerrogativas profissionais, da inviolabilidade no exercício da profissão e do direito ao recebimento dos honorários de sucumbência pelos advogados públicos, entre outros pontos.

A Faculdade Mineira de Direito (FMD) promoveu, nos dias 6 de 7 de novembro, o I Seminário Cidade, Direito Ambiental e Urbano. O evento aconteceu no Museu de Ciências Naturais da PUC Minas e teve como objetivo informar e discutir com a comunidade acadêmica, em especial discente, temas contemporâneos de Direito Ambiental e Urbano, bem como estimular a investigação científica aplicada nessas áreas. Os procuradores do Estado, Lyssandro Norton Siqueira, Adrienne Lage e Raquel Melo Urbano Carvalho foram palestrantes no Seminário. Segundo o presidente da APEMINAS, Jaime Nápoles Villela, a participação de colegas em eventos desta magnitude engrandecem muito a classe e prova a qualidade dos quadros da Advocacia-Geral do Estado. Participaram conferencistas nacionais e internacionais, exemplo da professora portuguesa, Carla Maria Amado Gomes.

O Seminário foi uma iniciativa das coordenações de Ensino, Pesquisa e Extensão, do campus Coração Eucarístico e da Praça da Liberdade e recebeu apoios da APEMINAS e da OAB/MG.



Os procuradores do Estado de Minas Gerais tiveram suas teses aprovadas por unanimidade durante a realização do último Congresso Nacional da classe, promovido pela ANAPE, em Foz de Iguaçu. Bruno Matias apresentou o trabalho “A Condenação em Honorários Advocatícios na Ação de Embargos do Devedor Extinta em Razão de Adesão do Embargante a Programa Especial de Parcelamento de Crédito Tributário (Anistia)”. Já Geraldo Junio explicitou sua tese “Da Responsabilidade Civil do Estado por Omissão no Dever de Proteção e Fiscalização do Meio Ambiente”. Segundo o presidente da APEMINAS, Jaime Nápoles Villela, os mineiros mais uma vez provaram a excelência jurídica de seus trabalhos e a força também da comitiva presente. “Os trabalhos dos nossos colegas foram aprovados com louvor e unanimidade. Ficamos orgulhosos dos nossos pares”, diz. Na imagem está o procurador do Estado, Bruno Matias durante sua apresentação.

Entrevista: deputado federal e coordenador da Frente em Defesa da Advocacia Pública, Fábio Trad

“Somente com independência e autonomia a Advocacia Pública ficará ideologicamente livre”



O *Res Publica* entrevistou o deputado federal e coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Advocacia Pública, Fábio Trad. O objetivo principal é criar um fórum permanente para propor e discutir medidas com a finalidade de fortalecer a Advocacia Pública, com gestões tendentes a promover o tratamento isonômico em relação às demais funções essenciais à Justiça, a garantia de prerrogativas e a valorização dos profissionais. A Frente foi criada com a assinatura de 230 parlamentares.

Segundo Fábio Trad, a necessidade de valorização da Advocacia Pública, traçando cenários e estratégias para consolidar uma efetiva melhoria nas carreiras, especialmente

quanto à falta de servidores e procuradores, estrutura, remuneração e prerrogativas isonômicas às demais funções essenciais à Justiça são questões fundamentais.

Em sua entrevista, o parlamentar também destaca a tramitação da PEC 452, que trata da autonomia das Procuradorias. “Não há como exercer esse munus público sem a necessária e imprescindível independência funcional e autonomia financeira”, diz.

Res Publica - Fale sobre a trajetória profissional e política do senhor até chegar à Câmara?

Fábio Trad - Nasci no dia 18 de agosto de 1969 em Campo Grande.

Em 1987, fui aprovado na primeira opção do vestibular da CESGRANRIO, e conquistei uma cadeira na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a UERJ. Me formei em 1991 e me estabeleci em Campo Grande quando passei a exercer intensamente a advocacia. No começo, fui indicado como advogado dativo de inúmeros acusados pobres. Atuei em uma centena de julgamentos de Júri. Em 1996, convidado pelo professor Horácio Pithan, iniciei minhas atividades como professor de Direito Penal. Leciono há 10 anos.

Em 2000, fundei junto com Antônio Carlos Garcia de Queiroz um instituto jurídico que tem por objetivo a formação de núcleos pensantes em Direito Penal no estado, o MERITUM. Atualmente, sou coordenador-regional do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais em Mato Grosso do Sul e diretor-regional do Grupo Brasileiro da Associação Internacional de Direito Penal, órgão consultivo da Organização das Nações Unidas.

Fui nomeado presidente da Comissão de Direitos Humanos pelo então presidente Horácio Vanderlei Nascimento Pithan. Em 2001, fui eleito conselheiro estadual da OAB na chapa encabeçada por Vladimir Rossi Lourenço. Particpei ativamente da criação, implantação e consolidação do Programa “OAB vai à Escola”. Ministrei inúmeras palestras em Campo Grande e no interior do estado a convite da OAB.

Fui idealizador do Simpósio de Direito Penal para Mato Grosso do Sul que, a cada biênio ímpar, reúne no Mato Grosso do Sul as principais expressões intelectuais e políticas do sistema penal nacional e internacional. Em 2006, fui eleito presidente da OAB/MS para o triênio 2007/2009. Em 2010, me tornei deputado federal com 82.121 votos.

RP - Por que decidiu assumir o comando da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Advocacia Pública?

FT - Assumi a coordenação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Advocacia Pública, posto deixado pelo atual ministro dos Esportes, Aldo Rebelo porque sou sensível e simpatizante com a causa dos advogados públicos, representados pelas três principais entidades da advocacia pública: União dos Advogados Públicos Federais do Brasil (UNAFE), Associação Nacional dos Procuradores do Estado (ANAPE) e Associação Na-

cional dos Procuradores Municipais (ANPM). A frente foi criada com 230 assinaturas de parlamentares. O objetivo principal é criar um fórum permanente para propor e discutir medidas com a finalidade de fortalecer a advocacia pública, com gestões tendentes a promover o tratamento isonômico em relação às demais funções essenciais à Justiça, a garantia de prerrogativas e a valorização dos profissionais.

RP- Quais os principais problemas existentes hoje nas carreiras nos âmbitos federal, estadual e municipal?

FT - Entre os principais problemas da categoria, destaco a necessidade de valorização da Advocacia Pública, traçando cenários e estratégias para consolidar uma efetiva melhoria nas carreiras, especialmente quanto à falta de servidores e procuradores, estrutura, remuneração e prerrogativas isonômicas às demais funções essenciais à Justiça.

RP - O que o senhor pensa sobre a necessidade de autonomia das Procuradorias?

FT - É inegável a importância da Advocacia Pública no Estado Democrático de Direito. Destacando-se o status constitucional da carreira como função essencial à Justiça, não há como exercer esse munus público sem a necessária e imprescindível independência funcional e autonomia financeira. Nas palavras da ministra Carmen Lúcia Rocha: “o advogado público tem vínculo jurídico específico e compromisso peculiar com o interesse público posto no sistema jurídico, o qual há de ser legalmente concretizado pelo governante e pelo administrador público. Tal interesse não sucumbe nem se altera a cada quatro anos aos sabores e humores de alguns administradores ou de grupos que, eventualmente, detenham maiorias parlamentares e administrativas, por isso mesmo é que o advogado não pode ficar sujeito a interesses subjetivos e passageiros dos governantes”.

Nesse norte, se pretende dizer que, dentro da carreira, a gestão dos advogados públicos há de ser exercida de forma a zelar pelas ga-



rantias iminentes ao regular exercício do cargo, assegurando aos seus membros liberdade de convicção e resguardando-os de ingerências governamentais, muitas vezes configuradoras de abuso de poder e desvio de finalidade. Somente com a almejada independência e autonomia a Advocacia Pública ficará ideologicamente livre para cumprir plenamente sua atribuição constitucional que é, em última análise, a preservação do interesse público.

Como se sabe, a defesa judicial de políticas públicas legítimas é missão primordial da Advocacia Pública, ligada umbilicalmente à própria ideia de democracia

RP - O senhor acredita no alance de uma remuneração equiparada ao MP e Magistratura para todos os advogados públicos brasileiros? Por que?

FT - Tanto quanto o Ministério Público e a própria Magistratura, a Advocacia Pública cumpre, exemplarmente, as suas incumbências

constantes da Lei Maior e possuem o mesmo viés constitucional de atividade essencial à Justiça. Firmes no mesmo propósito e possuidores das mesmas responsabilidades nas suas respectivas esferas de atribuições, nada mais justo que tenham também, um tratamento remuneratório isonômico.

RP - Quais os principais focos da Frente Parlamentar hoje?

FT - O principal objetivo da Frente Parlamentar é dar apoio político à carreira da Advocacia Pública nos níveis federal, estadual e municipal, defendendo e criando projetos de lei de interesse da categoria e apoio nas demais questões institucionais. Destaco entre os principais focos da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Advocacia Pública a garantia da percepção de honorários pelos advogados públicos no novo Código de Processo Civil; a criação de um fundo próprio para a previdência complementar do advogado público; a inclusão da PEC Nº 452, que trata da reformulação da Advocacia-Geral da União e das Procuradorias Gerais dos Estados e Municípios, na pauta de votação da CCJ, na Câmara dos Deputados e a luta pela elaboração de uma Lei Orgânica nacional para a Advocacia Pública.

Também, no dia 10 de abril de 2012, a Câmara dos Deputados aprovou um importante avanço na profissionalização da Advocacia Pública municipal. Em segundo turno, os de-

putados federais votaram e aprovaram a Proposta de Emenda Constitucional nº 153 de 2003, que inclui no artigo 132 da Constituição Federal a obrigatoriedade de os municípios criarem suas carreiras de procurador. A PEC tramita agora pelo Senado Federal.

RP - A Câmara dos Deputados vê com bons olhos a questão do fortalecimento da advocacia pública brasileira?

FT - Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Advocacia Pública integra as carreiras públicas típicas de Estado, dentre aquelas previstas na Seção II, do capítulo IV – Das Funções Essenciais à Justiça. Como se sabe, a defesa judicial de políticas públicas legítimas é missão primordial da Advocacia Pública, ligada umbilicalmente à própria ideia de democracia. A Câmara dos Deputados, portanto, jamais poderia se mostrar impassível frente a questão tão relevante, pois o fortalecimento da Advocacia Pública brasileira, detentora de assento Constitucional tão expressivo, significa o fortalecimento do próprio Estado Democrático de Direito.

RP - O que os procuradores do Estado podem esperar em relação Projetos, Propostas e Emendas que tramitam no Congresso?

FT - O apoio político e institucional necessário à salvaguarda dos interesses da categoria.

Destaques do III Congresso dos Procuradores do Estado de Minas Gerais e posse da nova diretoria da APEMINAS



Jaime Nápoles Villela e o governador do Pará, Simão Jatene



Os Procuradores do Estado de São Paulo Tiago Sombra, e de Minas Gerais Leonardo Vidigal e Gustavo Enoque, ao lado do professor Thomas Bustamante, da UFMG



O procurador do Estado de Minas Gerais Onofre Batista entrega à professora Misabel Derzi homenagem da APEMINAS aos 120 anos da UFMG, na presença do juiz auxiliar do TJMG, Cássio de Azevedo Fontenelle



O governador Antônio Anastasia, Jaime Villela e Martim Andrada



Professores Fred Didier e Dierle Nunes, desembargadora Tereza da Cunha Peixoto e o procurador do Estado, Ronaldo Cheib



Convidados na solenidade de posse



Convidados no coquetel de posse



Procuradores de Minas Gerais Gustavo Chaves Carrreira Machado, Célia Cunho Melo, Milena Branquinho, Jaime Villela, Tuska do Val Fernandes e Luciana Fogaça



Marcello Terto (ANAPE), Bruno Dubeux (APERJ), Jaime Villela, Rafael Rolim (APERJ), Valentina Jungmann (APEG) e Hélder Barros (APDF)



Artigo

Homenagem ao colega aposentado, Humberto Rodrigues Gomes

POR CÁSSIO ROBERTO DOS SANTOS ANDRADE procurador do Estado de Minas Gerais



O homenageado, Humberto Rodrigues Gomes

A história das instituições se confunde com a trajetória dos grandes homens que as construíram. Há exatamente vinte anos, aprovado nos primeiros lugares de um concurso público rigoroso, Humberto Rodrigues Gomes deixava a sua querida Carangola e ingressava na carreira de Procurador do Estado. Iniciava-se um percurso profissional que servirá de exemplo para todas as gerações vindouras, encarregadas de continuar a escrever a história da Casa guardiã dos interesses de todo povo mineiro.

O reconhecimento veio de imediato. Com pouco tempo de carreira, já ocupava o segundo cargo de maior

hierarquia, emprestando sua inteligência e, sobretudo, a capacidade de cimentar as relações humanas que formariam o alicerce da Advocacia Geral do Estado.

Energia, no Gabinete, a autoridade de uma voz serena que seria ouvida por todos os Procuradores-Gerais que se sucederam. Uma reserva moral e intelectual a dilatar os rumos certos nos momentos incertos de grandes dificuldades. Surgia uma liderança que sabia ouvir.

Como os ventos também levam boas notícias para além dos muros, Humberto era disputado na Administração Pública. Ainda no estágio probatório, já havia sido requisitado pelo ex-Ministro Luiz Dulci, então Secretário de Governo do Prefeito Municipal de Belo Horizonte Patrus Ananias, para dar assessoramento jurídico ao município. Ao mesmo tempo, a Secretaria de Estado da Educação reivindicava sua cessão para coordenar a atuação jurídica do Secretário.

A sua credibilidade vinha de uma vida formatada pela seriedade e o respeito no trato humano, qualidades que afloraram desde os tempos em que labutava na sala de aula a ensinar os mistérios da química. O espírito combativo o levou a assumir a direção da Superintendência Regional de Ensino de Ubá, instaurando uma luta sem tréguas pela valorização do magistério.

Na condição de Advogado-Geral Adjunto na gestão do Dr. José Bonifácio Borges de Andrada, Humberto foi um dos protagonistas de uma revolução na Procuradoria-Geral do Estado. A Casa se multiplicou em estrutura, demandas e atribuições, culminando com a unificação das Procuradorias mineiras a gerar um qualificado corpo jurídico único, responsável em dar substância legal ao crescimento gigantesco de Minas no cenário nacional. Em tudo isso, sua presença firme se fez sentir.

A vida pública iniciada em 1978, quando assumiu a Chefia de Gabinete da antiga Secretaria do Trabalho, Ação Social e Desportos (governo Aureliano Chaves / Ozanam Coelho), chegaria a seu termo em 2011, atingido pela compulsória. Esse homem que fez da conduta reta uma bússola de vida, passou a integrar o Conselho de Ética do município de Belo Horizonte, ao lado de outros grandes que fizeram de Minas uma reserva moral para o Brasil.

Ao sentimento de gratidão se junta hoje uma sensação nostálgica de sua liderança marcante. Como o tempo só faz engrandecer o nome dos que foram grandes, haverá sempre um Procurador - com orgulho nos olhos - a dizer-lhe muito obrigado, Humberto. Por tudo.

Mural da APEMINAS

HOMENAGEM

Muita justa a homenagem prestada ao presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, feita pela Associação Nacional dos Procuradores de Estado (ANAPE), por ocasião da Reunião do seu Conselho Deliberativo realizada no dia 27 de novembro último. A atual diretoria do Conselho Federal da OAB, presidida por Ophir, sempre acolheu os pleitos e reivindicações dos advogados públicos, como bem ressaltou o presidente da ANAPE, Marcello Terto, ao entregar uma placa de agradecimento ao presidente da OAB pelo trabalho em defesa da valorização, independência técnica e de todas as prerrogativas dos procuradores de Estado. Nas palavras do homenageado "o trabalho dos advogados públicos é essencial para o País e merece o respeito de toda a advocacia brasileira, por isso, hoje a pauta da advocacia pública é fixa no Conselho Federal e em todas as Seccionais da OAB".

AUTONOMIA

Mais um passo dado na busca da autonomia da advocacia pública. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou por unanimidade a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 452/2009 que versa sobre prerrogativas e funções da Advocacia Pública, de autoria do deputado Paulo Rubem Santiago (PDT-PE). A proposta recebeu parecer favorável do deputado Fábio Trad (PMDB-MS) e assegura à Advocacia Pública a autonomia institucional e os membros começarão a ter independência funcional e as ga-

rantias de vitaliciedade, inamovibilidade (só poderão ser removidos por iniciativa própria) e irredutibilidade de subsídios, além do direito de receber honorários advocatícios relativos aos processos em que atuam. Destaque para a presença da direção da ANAPE e dos presidentes das Associações Estaduais na sessão em que a admissibilidade foi aprovada, fato decisivo na sua aprovação. A PEC agora será analisada por uma Comissão Especial a ser criada especificamente para esse fim. Depois, se aprovada, seguirá para o Plenário, onde terá de ser votada em dois turnos.

CONCURSO

É grande a expectativa pelo preenchimento dos quadros com o novo concurso, cujo resultado da prova de títulos já foi divulgado. Ainda que sabedores de que somente com a melhoria das condições de trabalho e infraestrutura e implementação de uma carreira de apoio poderá de fato ser suprida a contento a demanda judicial do Estado, que cresce vertiginosamente, a entrada de novos colegas é um alento para a diminuição da sobrecarga de trabalho.

COMITIVA

É cada vez maior a participação e importância dos procuradores do Estado de Minas Gerais na administração estadual. É o que demonstram, por exemplo, as presenças dos colegas Danilo Antônio de Souza de Castro e Tércio Leite Drummond nas comitivas mineiras para os Estados Unidos e para a França, respectivamente, em busca de investimentos para o Estado. Como sempre des-

tacamos aqui, os quadros da Advocacia-Geral são fartos em qualificação para atender as mais diversificadas demandas do nosso Estado.

ELEIÇÕES OAB/2012

A APEMINAS congratula a chapa "Advogado Valorizado", vencedora das eleições na OAB de Minas Gerais para o triênio 2013/2015, presidente Luís Cláudio da Silva Chaves. Conforme deliberado em Assembleia Geral, a APEMINAS emprestou apoio institucional à referida chapa, que contou com nada menos do que 11 colegas, entre ativos e aposentados, em seu Conselho Seccional.

ELEIÇÕES OAB/2012 II

Mais do que uma escolha de predileção ou preferência, o apoio institucional a chapa Advogado Valorizado foi fruto da excelente relação travada entre a APEMINAS e a OAB/MG durante a gestão de Luís Cláudio Chaves, candidato a reeleição, período em que a OAB/MG foi apoiadora decisiva da Associação na realização de quatro Congressos de Procuradores de Estado (três mineiros e um nacional), diversas campanhas e atividades institucionais, bem como patrocinadora de ações judiciais na defesa dos interesses e prerrogativas dos advogados públicos mineiros. Some-se a isso a plataforma específica de campanha da chapa ADOVADO VALORIZADO para a advocacia pública, destacando-se a notadamente o comprometimento com a valorização remuneratória e garantia das prerrogativas da classe.



Muito trabalho e poucos procuradores

Regionais da AGE convivem com demanda excessiva e aumento de atribuições. Situação preocupa e nomeação de aprovados no concurso é esperada

Procuradores do Estado levam trabalho para casa, trabalham nos finais de semana, pedem suspensão de processos por impossibilidade de comparecer em audiência e não em raras vezes se encontram impossibilitados de desenvolver o trabalho da forma adequada. O aumento de atribuições, exemplo das demandas oriundas do Instituto Estadual de Florestas (IEF) e de Direito Sanitário, além das viagens constantes para fora da sede com distâncias superiores a 300 quilômetros, entre outros aspectos, agravam a situação das Regionais. Esta foi a constatação feita pelo *Res Publica*, ao acompanhar o presidente da Associação dos Procuradores do Estado de Minas Gerais (APEMINAS), Jaime Nápoles Villela em visitas a algumas das Regionais da Advocacia Geral do Estado. O objetivo é sensibilizar o Governo sobre a necessidade de preenchimento dos quadros no interior com a nomeação dos procuradores aprovados no último concurso realizado. A previsão é de que 100 novos colegas sejam empossados.

Nas Regionais de Governador Valadares e Ipatinga, pode-se constatar o recebimento de documentos e processos para análise muito acima do razoável. Nessa primeira Regional, em outubro de



Jaime Nápoles Villela e Wendell Tonidandel visitaram os colegas da ARE em Governador Valadares

2012, apenas um advogado público de Minas Gerais recebeu 385 demandas e nesse número não estão inclusos processos oriundos do Instituto Estadual de Florestas (IEF) e de Direito Sanitário, que são novas competências direcionadas ao interior. Em Valadares, trabalham cinco procuradores,

sendo o quadro de 12, atualmente deficitário. A Regional atende 21 Comarcas e 35 Varas.

Segundo a procuradora do Estado, Mila Oliveira, da Regional de Governador Valadares, levar trabalho para casa é uma realidade. "Em razão de férias de colegas, chegamos a atender com três pro-

curadores apenas. Tivemos aumento significativo de atribuições, exemplo das demandas oriundas do IEF. Temos uma absurda e insuperável carga de trabalho para cada advogado público. Eu mesma já solicitei a suspensão de alguns processos por impossibilidade de comparecer em audiência, pois,

Especial

atendemos comarcas que ficam a mais de 300 quilômetros daqui. Além disso, não possuímos carros suficientes para atender a todos em ocasiões de diligências”, diz.

O chefe da Regional de Governador Valadares, André Silva alertou para a questão do aumento de atribuições, principalmente relacionadas a medicamentos e do IEF. “Em 2011, tivemos cerca de onze mil demandas recebidas. Esse ano, até outubro, esse número já superou 12 mil processos e não chegamos ao final do ano ainda”, conta.

Em Ipatinga atualmente trabalham seis procuradores, sendo o quadro de 12 profissionais. Na sede da Regional, pilhas de processos puderam ser notadas e um volume de trabalho imenso. Segundo o procurador-chefe, Carlos Viola, a cada dia se torna mais perigoso a perda de prazos devido ao quadro insuficiente de profissionais lotados na ARE. Segundo o procurador Tiago Anildo Pereira o envio de novos componentes é emergencial, mas, se não houver uma avaliação não somente do número de processos, mas também de audiências, o problema não será resolvido.

O procurador do Estado Cláudio Ladeira destaca o envio gradativo de mais atribuições para o interior: “Passam-nos novas competências, e não há complementação dos quadros. A chegada de novos colegas é aguardada por todos nós em Ipatinga”, salienta. Já para Edgard Saiter, o excesso de trabalho leva à diminuição de qualidade do mesmo. “É como escolher doentes para atender num pronto socorro. Temos que atender os casos emergenciais. A cada hora chega mais. O navio está afundando e tentamos tirar a água, mas em vão”, alerta.

Segundo Jaime Nápoles Villela, o grande objetivo da APEMINAS é auxiliar a Advocacia-Geral do Estado a realizar um diagnóstico e alertar o Governo do Estado para a necessidade de envio de novos colegas para as Regionais. “Queremos ser parceiros da AGE para avaliar a situação das condições de trabalho dos procuradores do Estado em Minas Gerais. Essa precariedade vai contra o interesse público e o princípio da eficiência. É grave saber que colegas pedem suspensão de processos por não ter condições de compa-

recer em uma audiência. Esperamos que o interior tenha atenção especial na nomeação dos novos colegas empossados no concurso”, considera.

Divinópolis também vive problema

Várias manifestações foram enviadas ao *Res Publica* para alertar sobre a situação da Regional de Divinópolis. Segundo o procurador do Estado e diretor de Convênios da APEMINAS, Gustavo Enoque, o quadro é de caos. “Precisamos de compensação em termos de colegas e de uma garantia mínima de reposição quando novas remoções forem deferidas. Com o término do Concurso Público o sentimento agora é de esperança de que a Administração Superior da AGE resolverá o grave problema de déficit de procuradores do Estado nas Advocacias Regionais. Além do aumento vegetativo das demandas propostas contra o Estado, algumas questões específicas impactam negativamente apenas o interior, tais como a falta de especialização, já que é

inviável fazer a separação do serviço por matéria com um número tão reduzido de profissionais”, conta.

Ainda segundo Enoque, o prejuízo não é só para a qualidade de vida do procurador, que tem trabalhado em excesso sob uma carga grande de stress, mas para o próprio Estado, já que as demandas importantes acabam sendo preteridas pelas coisas urgentes, exemplo do fornecimento de medicamentos. “Muitas ações com conteúdo econômico inexpressivo, como pedido de fraldas descartáveis lotam o dia-a-dia dos procuradores no interior e prejudicam a qualidade do trabalho. Aqui não há procuradores aprovados no último concurso. Estamos fazendo a nossa parte e trabalhando com mais do que 100% da nossa capacidade, com a esperança que a situação é passageira e será resolvida. Nós confiamos na Administração Superior da AGE, que certamente olhará para as peculiaridades do interior de forma a tornar novamente viável o desenvolvimento de um bom trabalho em benefício do Estado”, argumenta.

Enquanto isso em Belo Horizonte...

A Advocacia-Geral do Estado recentemente mudou sua sede, antes na Avenida Afonso Pena, para o prédio do antigo Credireal, na Rua Espírito Santo, no centro de Belo Horizonte. A satisfação em manter-se na Região Central não impede que os procuradores temam pelas condições de trabalho no novo endereço. O estado das instalações físicas na data da mudança aliado à estrutura lógica ultrapassada e ausência de climatização adequada do ambiente foram alguns problemas apontados pelos associados da APEMINAS durante a última Assembleia realizada.

A distância dos arquivos, que por não serem suportados pela estrutura da atual sede da AGE foram enviados a outro prédio, tam-

bém no centro da capital, é uma das causas de maior preocupação. Segundo apurou a reportagem do *Res Publica*, as pastas administrativas antes chegavam às mãos dos advogados públicos em cinco ou dez minutos. Porém, com a mudança, essas podem demorar dias para chegar.

Segundo o presidente da APEMINAS, Jaime Villela, o processo de mudança foi marcado por dificuldades para o desempenho das funções dos procuradores do Estado: “É sabido que qualquer mudança traz transtornos, mas nos preocupa o risco de demora na adequação das condições do imóvel escolhido para sediar a AGE. Temos acompanhado o processo, alertando a cúpula sobre as questões e

problemas ocorridos e nos colocando à disposição para cooperar no que for possível para que tenhamos uma sede com as condições dignas de trabalho, que o exercício de nossas atribuições exige”.

Fato apontado como salutar e alvissareiro por Jaime Villela é a disposição manifestada pelo advogado-geral do Estado, Marco Antônio Romanelli, em criar um Grupo permanente para acompanhamento das condições de trabalho nas unidades da AGE, o qual deverá contar com representantes da classe, dos setores administrativos e do gabinete do próprio. “Estamos trabalhando para auxiliar os colegas e sensibilizar a AGE em busca da correção das deficiências detectadas”, finaliza Villela.

Trabalho de procurador

AGE tem papel importante em Programa para sanar problemas com as cheias



O Governo de Minas Gerais desenvolve atualmente o Programa de Requalificação do Ribeirão Arrudas e do Córrego Ferrugem. O objetivo é sanar os graves problemas decorrentes das cheias, e com isso, evitar inundações em áreas ao longo da Avenida Tereza Cristina, em Belo Horizonte. Para isso, foram projetadas bacias de contenção de enchentes, que se enchem durante as chuvas e liberam a água aos poucos.

Nesse projeto, os procuradores do Estado que trabalham no Departamento de Estradas e Rodagem/MG e no Departamento de Obras Públicas do Estado (DEOEP) possuem importante missão. São eles responsáveis por toda conformação jurídica

do Programa, desde os processos administrativos e judiciais, pagamentos até os contratos firmados para a execução do empreendimento.

Como explica o procurador-chefe, João Viana, os procuradores atuam na análise dos processos administrativos de reassentamento, indenização de benfeitorias e desapropriação. “Há uma consultoria que faz todo o levantamento socioeconômico das famílias na área de abrangência do Programa e a coleta de dados e documentos que são analisados por nós. No caso de indenização ou desapropriação, se houver acordo entre o Estado e a parte interessada, o procurador vista o termo de acordo para que o DEOP/MG

realize o pagamento. Não havendo acordo, é distribuída ação judicial”.

As desapropriações são feitas para defender os cidadãos que vivem em área de risco e todo o conjunto de obras que compõem o Programa objetiva retirar da condição de risco as famílias que habitam a região. De acordo com Viana, está sendo também viabilizada a melhoria das condições de vida das famílias que habitam as áreas sujeitas à inundação. “Eles podem optar em serem indenizados pelas suas benfeitorias ou desapropriados. Também podem escolher serem reassentados em unidades habitacionais que estão sendo construídas na região, os apartamentos. As famílias que optarem pelo reas-

sentamento, durante o período de construção, recebem uma bolsa aluguel até a entrega da nova moradia”, conta.

O Programa de Requalificação do Arrudas se encontra em fase final. As pendências existentes têm impacto apenas na construção da avenida ao longo do Arrudas, segundo informações do DER/MG. “Quase todos os prédios habitacionais já estão construídos e aos poucos entregues unidades habitacionais às famílias cadastradas. Para construção de habitações há apenas uma área pendente de desapropriação. Já em relação ao Córrego Ferrugem ainda demandará mais tempo devido a algumas dificuldades operacionais”, conclui Viana.